2º SIMULADO
TCE RJ
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
(ÁREA CONTROLE EXTERNO)

Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado TCE/RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;

*2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como "certo" ou "errado".

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-22-02

01 – Ⓒ Ⓔ	26 – Ⓒ Ⓔ	51 – Ⓒ Ⓔ	76 – Ⓒ Ⓔ	101 – Ⓒ Ⓔ	126 – Ⓒ Ⓔ	151 – Ⓒ Ⓔ	176 – Ⓒ Ⓔ
02 – Ⓒ Ⓔ	27 – Ⓒ Ⓔ	52 – Ⓒ Ⓔ	77 – Ⓒ Ⓔ	102 – Ⓒ Ⓔ	127 – Ⓒ Ⓔ	152 – Ⓒ Ⓔ	177 – Ⓒ Ⓔ
03 – Ⓒ Ⓔ	28 – Ⓒ Ⓔ	53 – Ⓒ Ⓔ	78 – Ⓒ Ⓔ	103 – Ⓒ Ⓔ	128 – Ⓒ Ⓔ	153 – Ⓒ Ⓔ	178 – Ⓒ Ⓔ
04 – Ⓒ Ⓔ	29 – Ⓒ Ⓔ	54 – Ⓒ Ⓔ	79 – Ⓒ Ⓔ	104 – Ⓒ Ⓔ	129 – Ⓒ Ⓔ	154 – Ⓒ Ⓔ	179 – Ⓒ Ⓔ
05 – Ⓒ Ⓔ	30 – Ⓒ Ⓔ	55 – Ⓒ Ⓔ	80 – Ⓒ Ⓔ	105 – Ⓒ Ⓔ	130 – Ⓒ Ⓔ	155 – Ⓒ Ⓔ	180 – Ⓒ Ⓔ
06 – Ⓒ Ⓔ	31 – Ⓒ Ⓔ	56 – Ⓒ Ⓔ	81 – Ⓒ Ⓔ	106 – Ⓒ Ⓔ	131 – Ⓒ Ⓔ	156 – Ⓒ Ⓔ	181 – Ⓒ Ⓔ
07 – Ⓒ Ⓔ	32 – Ⓒ Ⓔ	57 – Ⓒ Ⓔ	82 – Ⓒ Ⓔ	107 – Ⓒ Ⓔ	132 – Ⓒ Ⓔ	157 – Ⓒ Ⓔ	182 – Ⓒ Ⓔ
08 – Ⓒ Ⓔ	33 – Ⓒ Ⓔ	58 – Ⓒ Ⓔ	83 – Ⓒ Ⓔ	108 – Ⓒ Ⓔ	133 – Ⓒ Ⓔ	158 – Ⓒ Ⓔ	183 – Ⓒ Ⓔ
09 – Ⓒ Ⓔ	34 – Ⓒ Ⓔ	59 – Ⓒ Ⓔ	84 – Ⓒ Ⓔ	109 – Ⓒ Ⓔ	134 – Ⓒ Ⓔ	159 – Ⓒ Ⓔ	184 – Ⓒ Ⓔ
10 – Ⓒ Ⓔ	35 – Ⓒ Ⓔ	60 – Ⓒ Ⓔ	85 – Ⓒ Ⓔ	110 – Ⓒ Ⓔ	135 – Ⓒ Ⓔ	160 – Ⓒ Ⓔ	188 – Ⓒ Ⓔ
11 – Ⓒ Ⓔ	36 – Ⓒ Ⓔ	61 – Ⓒ Ⓔ	86 – Ⓒ Ⓔ	111 – Ⓒ Ⓔ	136 – Ⓒ Ⓔ	161 – Ⓒ Ⓔ	186 – Ⓒ Ⓔ
12 – Ⓒ Ⓔ	37 – Ⓒ Ⓔ	62 – Ⓒ Ⓔ	87 – Ⓒ Ⓔ	112 – Ⓒ Ⓔ	137 – Ⓒ Ⓔ	162 – Ⓒ Ⓔ	187 – Ⓒ Ⓔ
13 – Ⓒ Ⓔ	38 – Ⓒ Ⓔ	63 – Ⓒ Ⓔ	88 – Ⓒ Ⓔ	113 – Ⓒ Ⓔ	138 – Ⓒ Ⓔ	163 – Ⓒ Ⓔ	188 – Ⓒ Ⓔ
14 – Ⓒ Ⓔ	39 – Ⓒ Ⓔ	64 – Ⓒ Ⓔ	89 – Ⓒ Ⓔ	114 – Ⓒ Ⓔ	139 – Ⓒ Ⓔ	164 – Ⓒ Ⓔ	189 – Ⓒ Ⓔ
15 – Ⓒ Ⓔ	40 – Ⓒ Ⓔ	65 – Ⓒ Ⓔ	90 – Ⓒ Ⓔ	115 – Ⓒ Ⓔ	140 – Ⓒ Ⓔ	165 – Ⓒ Ⓔ	190 – Ⓒ Ⓔ
16 – Ⓒ Ⓔ	41 – Ⓒ Ⓔ	66 – Ⓒ Ⓔ	91 – Ⓒ Ⓔ	116 – Ⓒ Ⓔ	141 – Ⓒ Ⓔ	166 – Ⓒ Ⓔ	191 – Ⓒ Ⓔ
17 – Ⓒ Ⓔ	42 – Ⓒ Ⓔ	67 – Ⓒ Ⓔ	92 – Ⓒ Ⓔ	117 – Ⓒ Ⓔ	142 – Ⓒ Ⓔ	167 – Ⓒ Ⓔ	192 – Ⓒ Ⓔ
18 – Ⓒ Ⓔ	43 – Ⓒ Ⓔ	68 – Ⓒ Ⓔ	93 – Ⓒ Ⓔ	118 – Ⓒ Ⓔ	143 – Ⓒ Ⓔ	168 – Ⓒ Ⓔ	193 – Ⓒ Ⓔ
19 – Ⓒ Ⓔ	44 – Ⓒ Ⓔ	69 – Ⓒ Ⓔ	94 – Ⓒ Ⓔ	119 – Ⓒ Ⓔ	144 – Ⓒ Ⓔ	169 – Ⓒ Ⓔ	194 – Ⓒ Ⓔ
20 – Ⓒ Ⓔ	45 – Ⓒ Ⓔ	70 – Ⓒ Ⓔ	95 – Ⓒ Ⓔ	120 – Ⓒ Ⓔ	145 – Ⓒ Ⓔ	170 – Ⓒ Ⓔ	195 – Ⓒ Ⓔ
21 – Ⓒ Ⓔ	46 – Ⓒ Ⓔ	71 – Ⓒ Ⓔ	96 – Ⓒ Ⓔ	121 – Ⓒ Ⓔ	146 – Ⓒ Ⓔ	171 – Ⓒ Ⓔ	196 – Ⓒ Ⓔ
22 – Ⓒ Ⓔ	47 – Ⓒ Ⓔ	72 – Ⓒ Ⓔ	97 – Ⓒ Ⓔ	122 – Ⓒ Ⓔ	147 – Ⓒ Ⓔ	172 – Ⓒ Ⓔ	197 – Ⓒ Ⓔ
23 – Ⓒ Ⓔ	48 – Ⓒ Ⓔ	73 – Ⓒ Ⓔ	98 – Ⓒ Ⓔ	123 – Ⓒ Ⓔ	148 – Ⓒ Ⓔ	173 – Ⓒ Ⓔ	198 – Ⓒ Ⓔ
24 – Ⓒ Ⓔ	49 – Ⓒ Ⓔ	74 – Ⓒ Ⓔ	99 – Ⓒ Ⓔ	124 – Ⓒ Ⓔ	149 – Ⓒ Ⓔ	174 – Ⓒ Ⓔ	199 – Ⓒ Ⓔ
25 – Ⓒ Ⓔ	50 – Ⓒ Ⓔ	75 – Ⓒ Ⓔ	100 – Ⓒ Ⓔ	125 – Ⓒ Ⓔ	150 – Ⓒ Ⓔ	175 – Ⓒ Ⓔ	200 – Ⓒ Ⓔ

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

TEXTO I

Deixando de lado toda a aura poética do assunto, o que se passa em nosso cérebro, quando estamos apaixonados, é bem menos romântico do que nos mostram as fábulas e mitos. Tudo começa com a ativação das vias mesolímbicas dopaminérgicas (vias relacionadas ao sistema de recompensa e à memória).

Quando vivemos uma paixão, há um aumento da produção de dopamina (neurotransmissor relacionado à concentração, à motivação e ao prazer). Ao mesmo tempo, há a diminuição da produção de serotonina (neurotransmissor que regula o sono, o humor e o apetite). Essa verdadeira anarquia química acaba inibindo nossas estruturas pré-frontais, já que são elas que nos ajudam a frear nossos impulsos e desejos.

Com a superativação do sistema de recompensa e da memória, sentimos profunda felicidade quando nos lembramos do objeto de nossa paixão. E, essa sensação reforça ainda mais o sistema, que acaba entrando em looping. Ficamos como que embriagados, querendo beber ainda mais dessa paixão.

O aumento da dopamina transforma o ser amado em nosso único foco. Ficamos obstinados, e a nossa vida passa a concentrar-se apenas nele. Sentimos muita motivação e, ao mesmo tempo, muita ansiedade. Trata-se de um estado parecido com o Transtorno Obsessivo Compulsivo.

Com a queda da serotonina, não dormimos direito, só pensando no ser amado. Não comemos direito, só pensando no ser amado. Ficamos mal-humorados, quando estamos longe do ser amado. Esse quadro nos leva a compreender um pouco a origem latina da palavra paixão: (passio), que significa sofrimento ou o ato de suportar alguma dor. Como a química da paixão inibe as estruturas pré-frontais, acabamos tomando decisões desnorteadas, como, por exemplo, torrar o salário para contratar um helicóptero que jogue pétalas de rosas no quintal dele/dela; tatuar o nome dele/dela atravessando nosso abdome; fazer uma declaração de amor num programa de televisão ao vivo.

Adaptado de "Cérebro apaixonado", por Pedro Calabrez.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. A afirmação feita no primeiro período do texto se justifica na comparação que é feita entre a paixão e comportamentos desequilibrados.

02. De acordo com o texto, estar apaixonado prejudica o sono, o apetite e o humor.

03. O texto aborda o tema da paixão sob um prisma eminentemente neuroquímico.

04. Infere-se do texto que a paixão é um sentimento ilusório e prejudicial, pois gera os mesmos efeitos da bebida.

05. No segundo parágrafo, os termos entre parênteses exercem a mesma função sintática.

06. O termo "anarquia" (2º parágrafo) configura exemplo de linguagem denotativa.

07. As vírgulas que isolam a oração "quando estamos apaixonados" (1º parágrafo) poderiam ser retiradas, sem prejuízo às ideias originais do texto.

08. A substituição da forma verbal "inibindo" (2º parágrafo) pela expressão "por inibir" prejudicaria a coerência do texto.

09. O segmento "Ficamos como que embriagados" (3º parágrafo) teria seu sentido alterado caso fosse grafado da seguinte forma: **Ficamos embriagados**.

10. A forma verbal em "Há um aumento" (2º parágrafo) poderia ser substituída por "Existe", sem alteração do sentido ou das relações sintáticas do período.

11. A expressão "Ao mesmo tempo" (2º parágrafo) confere ao período uma ideia de "sucessividade".

12. A vírgula após "obstinados" (4º parágrafo) poderia ser suprimida sem prejuízo à correção gramatical.

13. O vocábulo "Como" (5º parágrafo – primeira ocorrência) introduz uma oração causal.

14. A supressão pronome "nos" (3º parágrafo) prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.

15. Nas formas verbais "concentrar-se" e "Trata-se" (4º parágrafo), a partícula "se" apresenta a mesma função.

TEXTO II

(...) Os smartphones surgiram no fim da década de 1990 e foram adotados em massa na década seguinte. De símbolo de status, transformaram-se rapidamente em bem de consumo obrigatório para todas as idades e estratos sociais. Junto às fantasias prometidas pela tecnologia, vieram os efeitos colaterais.

Para adultos no mundo do trabalho, os efeitos começam a ser estudados e analisados. A conectividade 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) já existia antes dos smartphones, porém foi intensificada com os novos aplicativos de troca de mensagens. A disponibilidade permanente gera ansiedade e estresse ou tecnoestresse, outra invenção da época. (...)

Diversos estudos revelam que o uso dos smartphones rouba horas do dia de trabalho. Seus sinais visuais e sonoros constantes interrompem fluxos de raciocínio e prolongam desnecessariamente o tempo de realização de atividades. O uso mal administrado de smartphones ajuda a criar um ambiente de emergência permanente, transforma problemas gerenciáveis em incêndios ameaçadores e faz com que todos se sintam como bombeiros sem equipamentos, frustrados e impotentes, diante de circunstâncias supostamente avassaladoras.

Adaptado de: http://debatendo-a-educacao.blogspot.com/2017/12/.

Considerando os sentidos e estruturas do texto II, julgue os itens a seguir.

16. Depreende-se do texto que a facilidade de alcançar pessoas, proporcionada pelos smartphones, constitui um fator de urgência e ansiedade.

17. Segundo as ideias veiculadas no texto, os smartphones criaram a possibilidade de todos estarem conectados todo o tempo, o que potencialmente causa prejuízos à produtividade dos adultos no mundo do trabalho.

18. Nas relações coesivas internas do texto, o pronome "Seus" em "Seus sinais visuais" (3º parágrafo) refere-se às pessoas que se distraem com o celular no mundo do trabalho.

19. O advérbio "supostamente" (3º parágrafo) é um indício de opinião do autor sobre as "emergências" mencionadas no parágrafo.

20. No segmento "que o uso dos smartphones rouba horas do dia de trabalho" (3º parágrafo), a partícula "que" introduz um complemento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. A dominação tradicional, base do patrimonialismo, está associada à obediência a uma série de normas e regulamentos.

22. As mudanças implementadas na Reforma do DASP envolveram a instituição do Regime Jurídico Único, que era um desejo de Getúlio Vargas desde que tomou o poder em 1930.

23. A reforma do Decreto-Lei 200/67, foi a primeira tentativa de implementação do modelo burocrático no Brasil.

24. As características principais da Burocracia são: a profissionalização, a impessoalidade e a formalidade.

25. O Estado que buscou passar mais funções à iniciativa privada – de certa forma deixar de ser executor para regulador da atividade econômica – chamamos de Estado Regulador.

26. Governabilidade compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. "

27. O conceito relacionado com a capacidade de governo do Estado, com a gestão dos recursos e com a capacidade deste governo de implementar as políticas públicas, é relacionada com a governabilidade.

28. O controle exercido pela sociedade civil, muitas vezes representada por ONGs, sindicatos e associações, representa o tipo de Accountability societal.

29. O conceito por trás do Estado de Bem-estar Social é a de diminuir as desigualdades econômicas e sociais entre os indivíduos. A preocupação com a liberdade aos poucos abre espaço para a preocupação com a igualdade. O coletivo passa a ter predominância ao individual.

30. A transparência do Estado se efetiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democrática as relações entre o Estado e sociedade civil.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

A empresa Coruja S.A. possui uma base de dados que armazena várias informações sobre seus clientes, funcionários e fornecedores. A chefe do setor pedagógico Dani trabalha de forma a otimizar os recursos da organização e suprir todas as demandas por eventos e aulas. Sobre os conceitos de dados, informações, conhecimento e inteligência julgue os itens a seguir:

31. Uma linha do banco de dados de uma tabela específica possui os seguintes valores: Herbert, controle externo e ativo. Esses valores representam fatos registrados ou dados na hierarquia DIKW.

32. Dani resolveu construir um relatório com o nome dos professores e a quantidade de aulas que cada um lecionou no ano de 2020. Esse relatório é um exemplo de conhecimento.

33. Dani, após vários anos de experiência, tem uma intuição aguçada para resolução de conflitos e alocação eficiente dos professores em todos os eventos. Essa percepção apurada que utiliza não apenas o conhecimento, mas o instinto gera uma vantagem competitiva que só o Estratégia Concursos possui. Essa descrição está associada ao elemento inteligência da hierarquia DIKW.

34. A Empresa resolveu fazer uma festa de final de ano para exposição do resultado anual e confraternização entre os funcionários e professores. Nesta festa, tivemos um bate papo muito interessante entre os professores Rodrigo Rennó e Guilherme. Nesta conversa, Rodrigo explicou vários pontos do conteúdo de Administração pública para o professor de Auditoria. Na situação descrita temos um exemplo de passagem de conhecimento tácito para tácito conhecida como combinação.

Sobre dados abertos e metadados, julgue os itens subsequentes.

35. Os dados abertos podem ser usados para produzir informações sobre as ações do serviço público. Eles são importantes para uma maior transparências das ações governamental e permitem um maior controle das contas públicas. O TCE-RJ possui dentro do seu site uma lista com dados a respeito dos contratos, diárias, remuneração e despesas realizadas pelo órgão. Um exemplo de informação obtida por meio dos dados abertos é o salário do seu futuro companheiro de trabalho Marcos Alexandre, que pode ser visualizado na figura abaixo:

02/001647 - MARCOS ALEXANDRE RAMON
Efetivo: Analista - Área de Controle Externo
Orgão: 1ªCAM - 1ª Coord de Auditoria Municipal
Localização: 1ªCAM - 1ª Coord de Auditoria Municipal
Núcleo: Equipe de Auditoria Governamental

Mês/Ano Ref. 12 - 2019

Remuneração Básica	
Remuneração Cargo Efetivo	$30,934.68
Direito Pessoal	$2,909.88
Remuneração Eventual/Temporária	
Férias	$11,281.51
Abono de Permanência	$4,738.24
Total Bruto	$49,864.31
Descontos	
Previdência	$4,738.24
Imposto de Renda	$5,577.53
Pensão Alimentícia	$17,383.97
Total Descontos	$27,699.74
Total Liquido	$22,164.57
Indenizações	
Indenizações	$1,755.50

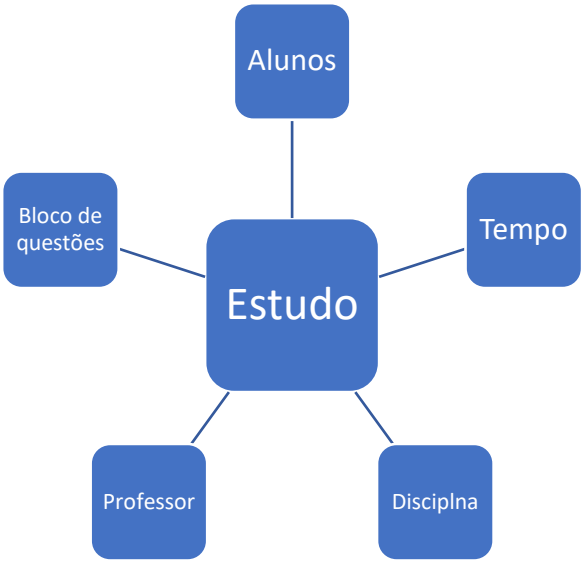
36. Metadados são geralmente descritos como dados sobre dados. Metadados são essenciais na organização e classificação de conjuntos de dados. Todo conjunto de dados estruturado faz uso de metadado para descrever a estrutura e os tipos de dados contidos no conjunto. O portal dados.gov.br faz uso extenso de metadados.

Sobre banco de dados relacionais julgue os itens a seguir.

37. Uma das propriedades ou características conhecidas dos bancos de dados relacional é que ele tem sua fundamentação teórica baseada na teoria dos conjuntos. Neste sentido, quando observamos um conjunto de atributos de uma tupla percebemos que eles são sempre ordenados da esquerda para a direita.

38. Uma relação pode ser visualizada como uma tabela. A tabela é organizada em uma estrutura de bidimensional de linha e colunas. Cada linha representa uma tupla ou registro e cada coluna vai descrever um atributo dos dados armazenados na tabela em questão. As tuplas podem apresentar valores duplicados em cada uma das colunas da tabela independentemente da quantidade de atributos da chave primária.

O professor Heber Carvalho construiu uma base de dados analítica para entender melhor o perfil dos alunos do Estratégia Concursos ®. Neste banco de dados, foi usada a modelagem dimensional para a construção do seguinte modelo:



39. No modelo acima, percebemos uma tabela central chamada Estudo que é conhecida uma a dimensão central do modelo. Ao redor da tabela Estudo temos os diversos fatos que influenciam a análise.

40. Na tabela central deste modelo, podemos incluir os atributos de medida para saber informações sobre o cruzamento dos dados das diversas tabela periféricas. Um cruzamento de um determinado aluno, numa data específica, considerando também valores para a disciplina, professor e bloco de questões, pode ter como medida o percentual estudado da matéria ou a quantidade de questões resolvidas corretamente.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

TEXTO I

As normas brasileiras de auditoria tratam dos riscos do trabalho e os diferenciam em relação aos trabalhos de asseguração razoável e de asseguração limitada, existindo diferentes impactos no relatório de auditoria. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir, de acordo com as normas vigentes.

41. *"A conclusão da auditoria é expressa de forma positiva, transmitindo que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade em todos os aspectos relevantes, ou, quando for o caso, que a informação do objeto fornece uma visão verdadeira e justa, de acordo com os critérios aplicáveis".* O texto aborda, segundo os princípios fundamentais de auditoria, a asseguração limitada.

42. A auditoria de asseguração razoável fornece um nível de asseguração que, no julgamento profissional do auditor poderá ser significativo para os usuários previstos.

43. Quando o objetivo é fornecer asseguração limitada o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.

44. A informação do objeto, um dos elementos básicos das auditorias, corresponde às informações obtidas com vistas ao planejamento das auditorias.

45. De acordo com as normas da INTOSAI, as auditorias do setor público que visam aferir o desempenho de programa de governo ou a conformidade dos atos de gestão são classificadas como trabalhos de asseguração.

46. Os objetivos especificados nas normas da INTOSAI para cada um dos tipos de auditoria (financeira, operacional e conformidade) representam objetivos que a gestão deveria atingir, bem como expectativas dos usuários dos relatórios de auditoria e, portanto, objetivos do auditor ao conduzir as auditorias.

47. A auditoria operacional no setor público tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições do governo estão operando de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento, respondendo a questões-chave de auditoria com o objetivo de apresentar recomendações para aperfeiçoamento, com base na análise das causas dos desvios dos critérios ou outros problemas.

48. O nível de asseguração que um trabalho de auditoria pode fornecer varia entre razoável e limitado e é estabelecido antes do início do trabalho.

49. Uma discrepância entre a informação do objeto e a sua substância ou essência (condição real) que é causada exclusivamente por fraude e que pode levar o usuário a tomar decisões incorretas ou inadequadas é uma distorção relevante.

50. Trabalhos de relatório direto são trabalhos de asseguração em que a parte responsável é quem mensura ou avalia o objeto com base nos critérios e apresenta a informação do objeto, sobre a qual o auditor obtém evidência de auditoria suficiente e apropriada para expressar uma opinião, a exemplo das auditorias operacionais e parte das auditorias de conformidade.

51. Ao conduzir uma auditoria, um dos objetivos gerais do auditor, com respeito às informações do objeto auditado, é obter segurança, razoável ou limitada, de que elas estão livres de distorções relevantes, independentemente do nível de segurança acordado para o trabalho, pois a auditoria pode sofrer limitações durante a sua realização, impossibilitando a obtenção de evidências apropriadas e suficientes para formar uma conclusão com asseguração razoável.

52. Um dos propósitos da auditoria baseada em risco é apoiar o auditor a obter segurança, razoável ou limitada, de que as informações do objeto estão livres de distorções relevantes, seja por erro ou fraude, de acordo com os critérios aplicáveis.

53. Ao conduzir um trabalho de asseguração, o auditor tem a responsabilidade de assegurar que as informações sejam confiáveis, porém não é esperado que os aspectos abordados no trabalho sejam relevantes.

54. Entre os objetivos gerais do auditor, ao conduzir uma auditoria, destaca-se a obtenção de segurança absoluta ou razoável, dependendo do nível de asseguração acordado para o trabalho.

55. Os objetivos das auditorias podem ser estabelecidos ora com foco na informação do objeto, como em geral ocorre na maioria das auditorias operacionais e de conformidade, em que a informação é preparada e fornecida diretamente pelo auditor no seu relatório; ora em termos do próprio objeto, como no caso das auditorias de demonstrações financeiras preparadas pela parte responsável.

CONTROLE EXTERNO

Considerando os aspectos doutrinários e constitucionais, julgue os itens a seguir sobre o controle externo.

56. Os tribunais de contas possuem natureza de órgão jurisdicional, ainda que as suas decisões possuam natureza administrativa.

57. A condenação de uma autoridade municipal ao pagamento de débito e de multa, imputada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em virtude de prejuízo causado ao respectivo município, possui eficácia de título executivo, cabendo ao órgão de representação judicial do estado a sua execução.

58. Os tribunais de contas exercem a função informativa quando emitem alertas aos poderes se constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou noventa por cento do limite permitido.

59. O exercício da função judicante dos tribunais de contas se manifesta na apreciação de atos de registro de pessoal e na realização de auditorias e inspeções.

60. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, que terão o prazo de trinta dias para prestar as informações, ensejando crime de responsabilidade a recusa ou a prestação de informação falsa.

A atividade de controle é fundamental para assegurar a conformidade e o desempenho da gestão pública. Sobre esse tema, julgue os itens a seguir.

61. O dever de prestar contas alcança até mesmo pessoas físicas, não integrantes da administração pública, mas que venham a utilizar recursos públicos.

62. Entende-se por recurso hierárquico próprio aquele que é apreciado por órgão especializado na apreciação de recursos, ainda que não esteja em linha direta de hierarquia com o órgão que exarou a decisão impugnada.

63. Um dos principais instrumentos de controle social é a apresentação de denúncias, mas as Cortes de Contas não podem apurar denúncias apócrifas ou anônimas, ainda que corroboradas por indícios relevantes de irregularidade.

64. A doutrina identifica três espécies de tomada de contas especial: a completa ou ordinária, a decorrente de conversão e a tomada de contas especial instaurada de ofício.

65. A verificação da economicidade deve ocorrer em termos estritos, limitando-se ao exame da legalidade, pois escapa ao poder de controle das Cortes de Contas apreciar o mérito das decisões administrativas.

Considerando a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao controle orçamentário e financeiro da administração, julgue os itens a seguir.

66. Os conselheiros do TCE, nos casos de crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

67. Em regra, não poderá ocupar cargo de conselheiro aquele que for excluído do exercício de profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético profissional.

68. Caso identifique ilegalidade em contrato administrativo, a Corte de Contas não poderá fixar, de imediato, prazo para o exato cumprimento da lei, uma vez que tal competência compete, inicialmente, ao Poder Legislativo.

69. O poder para o TCU emitir medidas cautelares não está previsto expressamente na Constituição Federal, mas decorre da teoria dos poderes implícitos.

70. Segundo o STF, os tribunais de contas possuem competência para emitir parecer prévio sobre as contas de governo dos prefeitos municipais e julgam as contas de gestão destas autoridades.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

71. O controle administrativo baseado no princípio da autotutela alcança tanto a legalidade quanto o mérito dos atos administrativos, podendo ocorrer de ofício ou mediante provocação dos interessados.

72. No âmbito do controle parlamentar direto, cabe ao Tribunal de Contas sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

73. O controle externo da gestão pública é de titularidade do Congresso Nacional, mas exercido em conjunto com os tribunais de contas, esses últimos detentores de competências próprias e privativas.

Em relação às entidades paraestatais, entidades de apoio e organizações da sociedade civil regidas pela Lei nº 13.019/2014, julgue os itens a seguir.

74. Os serviços sociais autônomos são mantidos por recursos oriundos das contribuições parafiscais, de natureza pública, motivo pelo qual essas entidades devem prestar contas e se submetem à fiscalização dos tribunais de contas.

75. As entidades de apoio são paraestatais integrantes da administração pública, cujo vínculo formaliza-se por meio de convênios firmados em nome próprio pelos servidores públicos que as instituíram.

76. O chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, entre outros.

Acerca dos atos administrativos, seus atributos, características e formas de extinção, julgue os itens a seguir.

77. Segundo entendimento doutrinário, se o ato for praticado com vício de incompetência, admite-se, em regra, a convalidação, recebendo, nesse caso, o nome de ratificação.

78. A cassação é forma de extinção do ato administrativo que decorre de invalidade ou ilegalidade superveniente, como seria o caso da publicação de uma legislação nova que torne o ato inválido.

79. O atributo da autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, sendo uma decorrência do atributo da presunção de legitimidade, segundo o qual se pressupõe, até prova em contrário, que todos os atos foram editados em conformidade com a lei.

Sobre os procedimentos licitatórios regidos pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, julgue os itens a seguir,

80. O pregão é a modalidade licitatória prevista para a aquisição e alienação de bens considerados comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

81. As fases de habilitação e de julgamento, no procedimento do pregão, são dirigidas pelo pregoeiro, que é auxiliado pela equipe de apoio, integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

82. Segundo entendimento da jurisprudência, o desfazimento do procedimento licitatório por revogação independe da concessão de contraditório e ampla defesa prévios, caso ocorra antes das fases de homologação e adjudicação.

Acerca das normas que regem o processo administrativo federal e estadual, julgue os itens a seguir.

83. No processo administrativo, é direito do administrado ser assistido por advogado, facultativamente, ressalvados os casos e que a representação é obrigatória.

84. A petição inicial dos processos administrativos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sempre deverá ser elaborada por escrito e conter, entre outros elementos, a identificação do requerente ou de quem o represente.

85. Quem, mesmo não iniciando o processo, tenha direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão final poderá figurar na posição de interessado no processo administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue os itens que se seguem, a partir da análise das disposições constantes na Constituição Federal e na jurisprudência, acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

86. Segundo o STF, seria inconstitucional condicionar a admissibilidade de recurso administrativo a depósito prévio, a não ser que se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

87. Determinado município do Estado do Rio de Janeiro teve rejeitada, pelo TCE-RJ, a prestação de contas relativa a repasses feitos pela prefeitura a um hospital local. Diante da negativa, por parte da Corte de Contas, em fornecer os dados relativos ao processo administrativo mencionado, poderá o cidadão interessado impetrar mandado de segurança perante o STJ.

Julgue os próximos itens, com base no que determina a CF/88 e no entendimento jurisprudencial acerca da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária na Federação Brasileira:

88. Segundo o STF, a prerrogativa de que dispõem os Tribunais de Contas para instaurar processo legislativo, relativo a projetos de lei que versem sobre sua organização e funcionamento, não impede que, a despeito da reserva de iniciativa, sejam feitas simples emendas aditivas à proposta.

89. Em nome do princípio da separação dos poderes, não podem os Tribunais de Contas, sob a justificativa de outorga de poderes implícitos conferidos pela Carta Constitucional, determinar a adoção de medidas cautelares visando suspender procedimentos administrativos irregulares ou mesmo lesivos ao erário.

Julgue a afirmação seguinte, sobre a repartição de competências estabelecida pela atual Constituição:

90. Em relação a normas relativas a contratos e licitações, a União ficará responsável pela edição de normas gerais, apenas, enquanto os Estados poderão legislar sobre questões específicas, em conformidade com o estabelecido em lei federal.

Julgue o que se segue, a partir do conhecimento acerca das disposições constitucionais relativas aos Direitos Sociais:

91. É vedada a interferência estatal no funcionamento de sindicatos, sendo inconstitucional a exigência de autorização para sua criação, bem como a imposição de participação de tais entidades nas negociações coletivas de trabalho.

Julgue os itens 92 e 93, com base nas regras pertinentes ao Processo Legislativo, descritas na CF/88:

92. Em que pese o fato de determinados temas, elencados na Constituição Federal, estarem sujeitos à reserva de iniciativa de lei pelo Presidente da República, nada impede que tais matérias venham a constituir objeto de Emenda Constitucional de origem parlamentar.

93. O parlamentar possui o direito de não participar de processo legislativo viciado, podendo, inclusive, impetrar mandado de segurança ao detectar a existência de violação aos limites impostos ao poder de reforma da Constituição, durante tramitação de proposta de emenda ao seu texto. No entanto, em caso de perda superveniente do mandato, restará extinto, também, o mandado de segurança ajuizado pelo congressista.

Julgue a assertiva abaixo, considerando o regramento constitucional dedicado ao Direito de Nacionalidade:

94. No processo de naturalização ordinária, a aquisição da nacionalidade depende de manifestação volitiva do interessado, sendo sua concessão ato de soberania do Presidente da República. Já a naturalização extraordinária, por seu turno, é adquirida automaticamente e representa direito subjetivo do indivíduo que preenche os requisitos para sua obtenção.

No que concerne às normas relacionadas ao Poder Legislativo na Federação Brasileira, julgue o que se afirma abaixo:

95. A Constituição Federal determina que o número de deputados estaduais será o triplo da representação do respectivo ente na Câmara dos Deputados, mas não poderá ser inferior a oito, nem superior a setenta.

Julgue a próxima assertiva, considerando o que dispõe a Constituição e a visão do STF acerca do procedimento previsto para a sucessão do Chefe do Poder Executivo Estadual:

96. Segundo o STF, as Constituições Estaduais poderão dispor livremente sobre as regras de sucessão do Governador e do Vice, não sendo obrigatória a observância do princípio da simetria, no que diz respeito ao procedimento previsto para a escolha de seus representantes, em caso de dupla-vacância nos cargos de chefia desse Poder.

Julgue o item que se segue, relativo às regras atinentes às Finanças Públicas, presentes na CF/88:

97. Embora a Lei Orçamentária Anual seja lei em sentido formal, em virtude de ser considerada de efeitos concretos e, portanto, desprovida de generalidade e abstração, o STF entende que, nesse caso, não cabe controle de abstrato de constitucionalidade.

Com base nas normas relacionadas aos Direitos Políticos elencados na CF/88, julgue o que se segue:

98. Aos quase nacionais, ou seja, aos portugueses que gozam de boa parte dos direitos exercitáveis por brasileiros naturalizados, é estendida a capacidade eleitoral ativa, a despeito de conservarem sua condição de estrangeiro.

Julgue o item abaixo, tendo como referência as normas constitucionais direcionadas ao Poder Judiciário:

99. O Conselho Nacional de Justiça, assim como o Tribunal de Contas da União, é órgão que não dispõe de poder jurisdicional, exercendo apenas atribuições administrativas e relacionadas à fiscalização no domínio do controle externo.

Julgue a afirmação seguinte, com base no que determina nossa atual Constituição a respeito das Funções Essenciais à Justiça:

100. Sabe-se que o Ministério Público, já que dotado de autonomia e independência, não integra nenhum dos Poderes estatais. Nada obstante, o fato de a iniciativa para apresentar o projeto de lei que organiza a instituição, em âmbito estadual, ser concorrente entre o Procurador-Geral de Justiça e o Governador, justifica a aproximação feita, por parte da doutrina, entre a mencionada instituição e o Chefe do Poder Executivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

101. Em relação à receita pública, julgue o item que se segue:

Quanto à categoria econômica, as receitas tributárias, patrimonial, industrial e de serviços são receitas correntes e o superávit do orçamento corrente receita de capital.

102. Em relação à receita pública, julgue o item seguinte:

O estágio da previsão consiste no ato de planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Sendo assim, a previsão da receita é a etapa que sempre antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

103. No tocante às classificações da despesa, julgue o item seguinte:

Na classificação institucional, identifica-se o órgão a que pertence as dotações recebidas, sendo assim, sua finalidade será sempre identificar a estrutura administrativa de um órgão e unidade orçamentária da qual a despesa pertence.

104. Com relação as classificações da despesa, julgue o item seguinte:

A classificação programática da despesa tem como finalidade identificar a área de atuação governamental na qual determinada despesa será realizada, a exemplo, do ministério da saúde.

105. Quanto ao impacto no patrimônio, as despesas podem ser classificadas em efetivas e não efetivas. As despesas correntes, geralmente, são consideradas despesas efetivas, a exemplo dos suprimentos de fundos, e as despesas de capital, em regra, são despesas não efetivas.

106. Quanto à forma de ingresso, as receitas podem ser classificadas como orçamentárias e extra orçamentárias. As receitas orçamentárias têm como características serem receitas que representam entradas de recursos para financiar os gastos do estado, incorporando permanentemente pelo patrimônio do Poder Público. Sendo assim, para ser considerada uma receita orçamentária, é necessária sua previsão no orçamento público

107. Em relação à dívida ativa tributária, julgue o item que se segue:
Conforme disposto da Lei 4.320/64, a dívida ativa regularmente inscrita apresenta presunção de certeza e liquidez no momento do procedimento de inscrição e cobrança. Sendo assim, o recebimento da dívida ativa é uma receita orçamentária corrente e representa um fato contábil permutativo.

108. Com relação aos restos a pagar, julgue o item que se segue:
Os restos a pagar do exercício corrente serão reconhecidos como despesa extra orçamentária para compensar sua inclusão no orçamento corrente.

109. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir:
Entre as situações que justifica o recebimento de suprimento de fundos prevista na legislação, será declarado em alcance o servidor que não prestar contas no prazo previsto em lei ou quando suas contas não tiverem sido aprovadas por má aplicação do recurso.

110. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir.
A restituição parcial de suprimento de fundos por falta de aplicação que for recolhida no exercício financeiro subsequente constitui uma receita orçamentária.

111. Cabe a Lei de Responsabilidade dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

112. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas pública.

113. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação

114. Com fundamento na Lei n° 4.320/64, o conceito de dívida consolidada alberga as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas constem no orçamento.

115. Em relação aos dispositivos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:
A apuração do montante de receita corrente líquida arrecadada deve ser considerada o somatório das receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.

116. Em relação à LRF, julgue o item que se segue:
No cálculo da receita corrente líquida, deve ser deduzida as transferências voluntárias.

117. Em relação às atribuições da LDO na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir:
O Anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

118. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item seguinte:
Durante a execução orçamentária, caso o Poder Executivo verifique, ao final de determinado bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento do anexo de metas fiscais, ele deverá promover, por ato próprio, nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.

119. Em relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir:
O município que deixar de arrecadar contribuição de melhoria ficará proibido de receber transferências voluntárias da União, uma vez que se trata de um tributo de competência constitucional.

120. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia fiscal diz respeito a concessão de isenção em caráter não geral. Sendo assim, entre as medidas de compensação deve ser considerado o aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Sobre mineração de dados, aprendizado de máquina e mineração de texto julgue os itens a seguir.

121. Acaba de ser lançado o filme do SONIC. No primeiro fim de semana de estreia nos EUA o longa arrecadou U$ 57 milhões, cerca de R$ 244 milhões, superando os números do último recorde de filme baseado em games Detetive Pikachu, que era de U$ 54,3 milhões no mercado doméstico americano. A Paramount resolveu contratar uma consultoria para descobri, em meio a um grande repositório de dados sobre comportamento e características da audiência, qual o motivo do filme fazer tanto sucesso. Foi descoberto uma informação escondida nos dados que o sucesso do game durante gerações em suas mais diferentes versões conseguiu influenciar crianças e adultos a irem para o cinema. Essa descoberta deve ter sido feita usando algoritmos de mineração de dados.

122. Ao ser aprovado no concurso público do TCE-TJ, Ricardo Carvalho resolveu tirar umas férias. Ele entrou no site da Rosenval Turismo Pelo Mundo e procurou por um pacote de uma semana em Cancun. Quando clicou no roteiro desejado percebeu que ao lado da descrição da viagem existiam alguns elementos complementares a viagem como aluguel de carro, passeios para Chichén Itzá e Xpu Há e seguro de viagens. Tal fato deve estar ligado a ideia de coocorrência, onde os itens podem ser adquiridos de uma só vez no carrinho de compras, facilitando a organização da viagem e melhorando o faturamento da empresa de turismo. Esse aspecto é tratado pela tarefa de mineração conhecida como regra de associação.

123. Interessado em saber se os novos funcionários da empresa Flambam ou Tostam o diretor de Marketing da Explosão Nuclear eventos criou um classificador que foi construído baseado numa base de dados de funcionários devidamente associado a uma das classes ou rótulos acima. Por se tratar de um tipo de aprendizado onde os dados utilizados para a construção do modelo já se encontram rotulados, esse pode ser definido como aprendizado supervisionado.

124. Interessado em descobrir conteúdo desconhecido em um grande conjunto de texto o professor Raphael Lacerda resolveu usar a mineração de texto. A mineração de texto, também conhecida como mecanismo de busca, pode ser definida como uma extração não trivial de informações, não explícitas, de grandes bases textuais, previamente desconhecidas, e potencialmente úteis.

"Big Data é certamente uma das mais populares expressões surgidas nos últimos anos para referenciar o massivo crescimento da quantidade de dados ao redor do mundo. Este termo compreende também todas as técnicas e iniciativas de tratamento, integração e análise de dados provenientes de diversas fontes em diferentes mídias e formatos." (Goldschmidt, Ronaldo; Passos, Emmanuel. Data Mining.) Sobre Big Data avalie as afirmações abaixo.

125. Usar várias tecnologias de armazenamento de dados, escolhidas com base na maneira como os dados estão sendo usados pelas aplicações é a base lógica para persistência poliglota. A persistência poliglota permite usar diversos tipos de bancos de dados NoSQL mas não aceita armazenar dados em bancos de dados relacionais.

126. Soluções Big Data garantem que o imenso volume de dados gerados a cada dia possa ser tratado de forma mais rápida, flexível e confiável, uma vez que o volume de dados excede a capacidade de algumas tecnologias mais antigas de os tratarem adequadamente.

A respeito de SQL e planilhas julgue as assertivas a seguir.

127. A linguagem de consulta estrutura (SQL) é conhecida por ser uma linguagem de programação estruturada ou procedural.

128. A linguagem SQL pode ser dividida em DDL, DML, DTL e DCL. São exemplos de comandos que fazem parte da sublinguagem DML o CREATE, DROP e ALTER.

129. O comando SQL abaixo seleciona todos as colunas e linhas presentes na tabela alunos.

SELECT * FROM ALUNOS;

130. Os comandos SQL não fazem distinção entre caracteres maiúsculos e minúsculos. Assim, os comandos abaixo são correspondentes e trazem as mesmas tuplas do banco de dados;

SELECT NOME, CIDADE FROM ALUNOS WHERE STATUS = 'Aprovado';
select nome, cidade from alunos where status = 'Aprovado';
Select Nome, Cidade From Alunos Where Status = 'Aprovado';

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

131. A INTOSAI define auditoria como um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis. Um processo sistemático consiste fundamentalmente em uma série de passos ou procedimentos lógicos, estruturados e organizados.

132. Segundo a INTOSAI, existem os seguintes tipos de trabalho no setor público: auditorias de conformidade, auditorias operacionais, auditorias financeiras e outros trabalhos de asseguração.

133. O programa de auditoria limita-se não só à evidenciação do objetivo e do escopo, mas também ao universo e à amostra a serem examinados bem como aos procedimentos e técnicas a serem utilizados.

134. Para ser atingido o objetivo da fiscalização, o escopo da auditoria deve estar relacionado com a profundidade e a amplitude do trabalho.

135. O levantamento é um instrumento de fiscalização dos tribunais de contas para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

136. Nas auditorias do setor público, os auditores usam procedimentos para encontrar as evidências que suportarão às suas opiniões. Dentre eles, podemos destacar o exame documental, que consiste em observar se as transações realizadas estão devidamente documentadas, se a documentação que suporta as operações contém indícios de inidoneidade e se profissionais competentes realizaram as transações e produziram a documentação-suporte e a revisão e a conciliação, que consiste em verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada.

137. O atributo de auditoria em que a quantidade e a qualidade das evidências obtidas devam convencer o gestor público de que os achados, as conclusões, as recomendações e as determinações da auditoria estão bem fundamentados denomina-se relevância.

138. Achados são os elementos de comprovação da discrepância (ou não) entre a situação encontrada (ou condição) e o critério de auditoria (situação ideal).

139. A auditoria em um ente público foi realizada com a aplicação de todas as normas e procedimentos adequados. Foram obtidas as comprovações suficientes para que o auditor responsável fundamentasse a sua opinião de que os eventos, as transações e os atos de gestão examinados estavam em pouca conformidade com a legislação e com as normas específicas. Além disso, as demonstrações contábeis não representavam adequadamente nem a posição orçamentária, a contábil, a financeira nem a patrimonial do ente auditado. Nesse caso, o auditor deverá elaborar um relatório com abstenção de opinião.

140. Veracidade, confiabilidade e relevância são os atributos de evidência considerados suficientes nos trabalhos das auditorias do setor público.

141. Auditoria contábil e auditoria orçamentária constituem subespécies de auditoria de regularidade.

142. Ilegalidades relacionadas a achados positivos em uma auditoria de regularidade referem-se à prática de atos de gestão ilegal que impliquem danos ao erário.

143. Duas características da auditoria de regularidade é a flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho e relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos.

144. Auditoria de avaliação da Gestão é realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.

145. Achado de auditoria é qualquer fato significativo, digno de relato pelo auditor, constituído de quatro atributos essenciais: situação encontrada (ou condição), critério, causa e efeito. Decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências. O achado pode ser positivo, quando revela impropriedade ou irregularidade, ou negativo, quando aponta boas práticas de gestão.

146. Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, limitando-se aos seguintes requisitos básicos: ser relevante para os objetivos da auditoria para que mereça ser relatado e ser apresentado de forma objetiva e estar devidamente fundamentado em evidências.

147. Na realização de auditorias é possível que a equipe utilize trabalhos de outros auditores, tipicamente os da auditoria interna de entidades governamentais ou de outras entidades de fiscalização e controle. Os trabalhos de outros auditores podem se constituir em fontes de informação úteis para o planejamento e execução de auditorias, para determinar a natureza, oportunidade ou limitar a extensão de procedimentos de auditoria, para corroborar evidências de auditoria, dentre outras possibilidades. Nesse contexto, a responsabilidade dos auditores é reduzida pela utilização desses trabalhos.

148. Na redação do relatório de auditoria os auditores devem orientar-se por requisitos de qualidade, dentre eles, a clareza que é produzir textos de fácil compreensão e convicção que é expor os achados e as conclusões com firmeza, demonstrando certeza da informação comunicada, evitando palavras ou expressões que denotem insegurança, possam ensejar dúvidas ou imprecisões no entendimento.

149. O requisito de qualidade dos relatórios de auditoria governamental "completude" que dizer ir direto ao assunto, utilizando linguagem sucinta, transmitindo o máximo de informações de forma breve, exata e precisa.

150. Um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é submeter o relatório preliminar para obtenção de comentários por parte dos dirigentes da entidade auditada. A inclusão desses comentários no relatório final resulta em um documento que não só apresenta os achados, as conclusões e as propostas da equipe, mas também a perspectiva dos dirigentes da entidade e as ações corretivas que pretendem tomar. Nesse sentido, nas auditorias operacionais, a regra é submeter o relatório preliminar aos comentários dos gestores, inclusive os achados, as conclusões e as propostas de encaminhamento formuladas pela equipe. Nas demais auditorias, o encaminhamento do relatório preliminar aos gestores é obrigatório se houver achados de alta complexidade ou de grande impacto, e opcional nas demais situações, a critério do dirigente da unidade técnica.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários e sua relação com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

151. Na arrecadação de uma receita tributária há o registro de uma receita orçamentária realizada no âmbito da natureza de informação orçamentária e o controle da disponibilidade de recursos no âmbito da natureza de controle, sem prejuízo do registro de natureza patrimonial, decorrente da baixa do crédito tributário a receber.

Acerca da classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos julgue os itens a seguir:

152. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a despesa orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas receitas orçamentárias. Para a receita orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

153. Orçamentariamente, a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, entretanto, existe ainda a necessidade de identificar a destinação dos recursos arrecadados.

Acerca do processo de reconhecimento e desreconhecimento de ativos, julgue os itens a seguir:

154. Os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro, a exemplo das consignações a pagar, devem ser reconhecidos no ativo.

155. Sob certas circunstâncias, o montante dos créditos tributários a receber cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja considerada remota devem ser desreconhecidos das demonstrações contábeis, oportunidade em que deixam de ser objeto de controle contábil.

Acerca das disposições presentes na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens subsequentes:

156. Uma obrigação não legalmente vinculada, em regra, atende ao requisito da obrigação presente, essencial para a existência de um passivo.

157. Em contratos ou acordos, a ausência de prazos para extinção da obrigação impede que a obrigação origine um passivo.

158. Quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação, é necessário o registro de uma etapa intermediária entre o empenho e a liquidação, chamada "empenho em liquidação".

Em relação à mensuração de ativos e passivos, julgue as assertivas a seguir:

159. A reavaliação de ativos pode ensejar apenas diminuições de ativos, da mesma forma como ocorre no processo de redução ao valor recuperável.

160. O ajuste de exercícios anteriores, o teste de impairment, a reavaliação de ativos e a depreciação devem ser seguidos de notas explicativas

161. Situação Hipotética: Determinado município possui um complexo administrativo no qual umas salas são alugadas a terceiros para prestar serviços de alimentação (restaurante).
Assertiva: Nessa situação, o complexo deve ser considerado propriedade para investimento.

162. Durante o mês de janeiro de 2020, ocorreram as seguintes transações em uma autarquia pública:
– Alienação de uma máquina por R$ 35.000,00, com ganho de R$ 10.000,00.
– Aquisição de material de consumo pelo valor de R$ 50.000,00.
– Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R$ 15.000,00.
– Reconhecimento da amortização do ativo intangível no valor de R$ 10.000,00.
– Utilização de material de consumo no valor de R$ 45.000,00.
– Aquisição de móveis e utensílios no valor de R$ 15.000,00.
– Devolução de um depósito caução no valor de R$ 20.000,00.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi de R$ 70.000,00

163. De acordo com a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, uma receita de um ente público municipal que pode ser classificada como uma transação com contraprestação é aquela decorrente do recebimento de doação em dinheiro, sem especificações a ela atrelada.

No que se refere às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue os itens a seguir:

164. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma entidade do setor público, nos termos da NBC TSP 12, os pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades, os recebimentos de caixa decorrentes de royalties e o caixa recebido proveniente da emissão de debêntures são classificados, respectivamente, como fluxos de caixa das atividades
de investimentos, operacionais e de financiamentos.

165. Os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade devem ser classificados no passivo circulante.

166. Os itens de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por norma específica.

167. As notas explicativas englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes evidenciadas nas demonstrações.

168. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é elaborada utilizando-se o grupo 3 da classe 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de março de 20X1, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado Estado:

– Arrecadação de Receitas de Impostos (IPVA) no valor de R$ 20.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de janeiro de 20X1.
– Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R$ 500.000,00.
– Lançamento de Receitas Patrimoniais no valor de R$ 1.000.000,00 referente à competência de março de 20X1. Essas receitas foram arrecadadas em abril de 20X1.
– Obtenção de Operação de Crédito no valor de R$ 1.500.000,00 com vencimento em dezembro de 20X1.
– Pagamento de R$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de máquinas. Esses equipamentos foram entregues e a despesa foi

liquidada em fevereiro de 20X1 pelo valor total da nota de empenho emitida em janeiro de 20X1.
- Pagamento, no valor de R$ 250.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X0 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R$ 75.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Liquidação de despesa, no valor de R$ 60.000,00, referente à aquisição de mobiliário para as dependências do gabinete do governador. A nota de empenho foi emitida em fevereiro de 20X1 e a despesa foi paga em abril de 20X1 pelo valor total do empenho.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R$ 7.500.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R$ 12.500,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para consultoria na área previdenciária. A despesa foi liquidada e paga em abril de 20X1 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa, no valor de R$ 100.000,00, referente à aquisição de materiais e equipamentos permanentes para a Secretaria da Agricultura. A despesa foi liquidada e paga em abril de 20X1 pelo valor total do empenho.
- Devolução de depósito caução no valor de R$ 25.000,00.

169. O impacto das transações ocorridas no mês de março de 20X1, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 20X1, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, foi um aumento inferior a R$ 14 milhões.

170. O impacto das transações ocorridas no mês de março de 20X1, tomadas em conjunto, no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 20X1, obtido na forma disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) foi uma diminuição de R$ 6.060.000,00.

CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens abaixo sobre a Lei Complementar Estadual nº 63, de 1990.

171. Preliminar é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis.

172. Reconhecida pelo Tribunal a boa-fé do responsável, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas.

173. O Tribunal poderá dividir-se em câmaras e em delegações de controle, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, situação em que poderão ser convocados conselheiros-substitutos para efeito de quórum.

174. O Tribunal de Contas julgará as prestações ou tomadas de contas até o término do exercício da apresentação destas.

175. Até a decisão definitiva, as denúncias processadas no Tribunal receberão tratamento sigiloso.

Considerando os aspectos do Regimento Interno do TCE-RJ, julgue os itens seguintes.

176. As auditorias governamentais podem ser ordinárias, especiais e extraordinárias, competindo ao Plenário do Tribunal o poder para determinar a realização de auditorias extraordinárias.

177. A inspeção é o instrumento de fiscalização adotado pelo Tribunal para conhecer a organização e o funcionamento da unidade que será fiscalizada.

178. Por intermédio do levantamento, o Tribunal poderá apurar, *in loco*, denúncias e representações.

179. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, opostos por escrito, dentro do prazo de trinta dias, na forma regimental. Uma vez apresentados os embargos, suspendem-se os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do recurso de reconsideração.

180. As câmaras poderão afastar a aplicação de norma inconstitucional, mediante deliberação de maioria simples, quando houver entendimento firmado sobre a questão pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Plenário do Tribunal de Contas.

A respeito das normas constitucionais sobre o controle da administração, julgue as questões abaixo.

181. Os membros do Tribunal de Contas da União são indicados entre brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados anteriormente.

182. Individualmente, um parlamentar não possui competência para requisitar a realização de auditorias e inspeções, mas nada impede que, na condição de cidadão, o membro do Poder Legislativo ofereça denúncia individualmente à Corte de Contas.

183. O TCU emite parecer prévio sobre as Contas do Presidente da República e julga as contas dos demais administradores, inclusive de governador de Território Federal.

184. Uma comissão mista permanente de senadores e deputados será encarregada de emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

185. O estado do Rio de Janeiro não poderá instituir uma Corte de Contas para fiscalizar os recursos dos seus respectivos municípios, por expressa vedação na Constituição Federal.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Tomando por base os preceitos contidos na Lei 8.666/1993 e no Decreto 9.412/2018, julgue os itens a seguir.

186. É facultado ao poder público o estabelecimento de margem de preferência para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, até o limite máximo de 25% sobre o preço dos serviços estrangeiros, permitida a extensão do benefício a países do Mercosul.

187. Os serviços sociais autônomos estão obrigados a seguirem as disposições da Lei 8.666/1993.

188. Projeto básico consiste no documento que permite a execução completa da obra ou serviço.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, julgue os itens a seguir.

189. O edital de um pregão pode estabelecer aos interessados a obrigação do pagamento de taxas e emolumentos decorrentes do fornecimento de cópia do edital, os quais não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica ou aos custos de utilização de recursos computacionais.

190. Situação hipotética: No bojo de pregão organizado por órgão público estadual, compareceram cinco empresas, as quais ofereceram propostas nos seguintes valores: empresa X = R$ 1.000.000,00; empresa Y = R$ 1.050.000,00; empresa Z = R$ 1.060.000,00; empresa W = R$ 1.090.000,00; e empresa Q = R$ 1.200.000,00. Assertiva: Considerando que todos os valores propostos encontravam-se abaixo do patamar estimado pela Administração e não havia indícios de inexequibilidade, é correto concluir que a empresa Q estará impossibilitada de participar da fase de lances, considerando-a eliminada do certame.

191. Logo após a etapa de classificação, ocorrida no bojo de pregão eletrônico, é cabível a interposição de recursos pelos licitantes desclassificados do certame.

192. A licitação para registro de preços será realizada exclusivamente na modalidade de concorrência.

193. Compete ao órgão partícipe a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) e o controle da quantidade de adesões ocorridas.

194. A existência de preços registrados obriga a administração a contratar o particular beneficiário da ata, em igualdade de condições, por incidência do princípio da adjudicação compulsória.

195. É viável a participação do autor de projeto básico nas concorrências para concessão de serviços públicos.

196. As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de três datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

197. O serviço público é considerado adequado, sob o prisma do princípio da atualidade, quando sua prestação ocorre sem paralisações indevidas.

198. A intervenção na concessão requer a publicação de lei, a qual consiste no instrumento que concretiza os anseios da coletividade e, assim, legitima a medida interventiva adotada em razão do interesse público.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

199. Um dos objetivos do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) consiste em ampliar a eficiência nas contratações e induzir a competitividade entre os licitantes.

200. É juridicamente viável a adoção do RDC no âmbito das obras de construção de unidades de atendimento socioeducativo e de estabelecimentos penais.

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-22-02

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Estratégia